
Educação Física

Thiago do Amaral Bertolino

**Violência de gênero: um olhar sobre a
estereotipagem das atletas no rúgbi**

Rio Claro- SP
2025

Thiago Do Amaral Bertolino

**Violência de gênero: um olhar sobre a estereotipagem das atletas
no rúgbi**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, para obtenção do grau de Bacharel em
Educação Física

Orientador(a): Carlos José Martins

Rio Claro - SP
2025

B546v	Bertolino, Thiago do Amaral Violência de gênero : um olhar sobre a estereotipagem das atletas no rúgbi / Thiago do Amaral Bertolino. -- Rio Claro, 2025 31 f. : il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Educação Física) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro Orientadora: Carlos José Martins 1. Rúgbi. 2. Violência de Gênero. 3. Estereotipagem. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Dados fornecidos pelo autor(a).

Thiago Do Amaral Bertolino

**Violência de gênero: um olhar sobre a estereotipagem das atletas
no rúgbi**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, para obtenção do grau de Bacharel em
Educação Física.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos José Martins
Prof. Dr. Flávio Soares Alves
Prof. Dr. Marcus Vinícius Simões de Campos

Aprovado em: 04 de novembro de 2025

Assinatura do discente

Assinatura do(a) orientador(a)

Dedico este trabalho à
Lazaro Luiz do Amaral e Santini Aparecido Bertolino

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo a todos que conheci nessa jornada que chamo de vida, de uma maneira ou outra me impactaram para o que entrego hoje como trabalho final.

Agradeço também à minha família e amigos, os quais torceram por mim, me deram muito apoio e tudo de que eu precisava. Agradeço ao RURC, time de rúgbi que me fez encontrar uma nova paixão e que me ajudou a ter diversas ideias para poder escrever este texto, além de apresentar o melhor esporte de todos.

E por fim gostaria de agradecer a Camilly Riqueira Bianchi, minha namorada, por sempre me apoiar e me ajudar em momentos que eram muito, mas muito difíceis, por sempre ler e me ajudar a escrever, além de sempre acreditar em mim.

RESUMO

A busca pela prática de esportes cresceu de maneira exponencial após a virada do milênio, principalmente a busca feminina por inserção em diversas modalidades, antes vistas como exclusivamente masculinas. Assim, originando um ambiente onde diferentes sexos estão coexistindo, evidenciando um fenômeno sociológico presente na sociedade, a subordinação do feminino em prol do masculino. A violência de gênero é a ação que afeta o bem-estar do indivíduo, afetando sua dignidade e liberdade; tais ações são motivadas exclusivamente pelo gênero com que a pessoa se identifica. Podendo se manifestar nos mais diversos cenários, como vida pessoal, profissional e estrutura social. O rúgbi é esporte de origem inglesa, apresenta em seu estilo de jogo características como a agressividade e contato físico constante, sendo visto como um esporte masculino e objeto para reforçar a ideia de virilidade. Apresentando um enorme número de adeptos mundiais e um crescente número em solo brasileiro, o rúgbi feminino vem se destacando, assim, conflitando com a ideia difundida popularmente. Sendo assim, o presente estudo buscou relacionar como a estereotipagem das atletas de rúgbi pode reforçar a violência de gênero presente na sociedade. Foi realizada a revisão bibliográfica com base em artigos, livros, teses, documentários e diversos materiais, a fim de dinamizar e adicionar diferentes visões sobre o tópico.

Palavras-chave: Rúgbi; Violência; Gênero; Estereotipagem.

ABSTRACT

The pursuit of sports practice has grown exponentially since the turn of the millennium, especially the increasing participation of women in various modalities once seen as exclusively male. This has created an environment where different genders coexist, highlighting a sociological phenomenon present in society — the subordination of the feminine in favor of the masculine. Gender-based violence refers to actions that harm an individual's well-being, dignity, and freedom, motivated solely by the gender with which the person identifies. It can manifest in various contexts, such as personal life, professional settings, and social structures. Rugby, a sport of English origin, is characterized by its aggressiveness and constant physical contact, and has traditionally been perceived as a male-dominated sport and a symbol of virility. With a large number of global practitioners and a growing presence in Brazil, women's rugby has been gaining prominence, thereby challenging these popular conceptions. Therefore, this study aimed to analyze how the stereotyping of female rugby athletes can reinforce gender-based violence present in society. A bibliographic review was conducted, drawing on articles, books, theses, documentaries, and other materials, to provide dynamism and diverse perspectives on the topic.

Keywords: Rugby; Violence; Gender; Stereotyping.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVO	10
3 METODOLOGIA	11
4 REVISÃO LITERÁRIA	12
4.1 História do rúgbi	12
4.1.2 Rúgbi no Brasil	13
4.1.3 Leis	14
4.2 Gênero	20
4.2.2 Gênero no esporte	22
4.3 Violência de Gênero no Esporte	23
5 DISCUSSÃO	25
6 CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

O rúgbi é um esporte de invasão com o objetivo de levar a bola do campo de defesa até o final do campo adversário, para isso pode-se utilizar do passe, o qual só pode ser realizado para trás. O tackle é a técnica utilizada para tentar parar o ataque e evitar a pontuação da equipe adversária, consistindo em uma técnica de agarre e derrubada. Sua origem apresenta diversas versões, a mais aceita é que seu surgimento se deu devido a um estudante da Rugby School na cidade de Rugby na Inglaterra. (CBRu) A modalidade apresenta popularidade internacional principalmente nos países da Europa e da Oceania, como Inglaterra e Nova Zelândia. No Brasil a prática vem ganhando números expressivos de praticantes e telespectadores, mas mesmo assim ainda sofre com o desconhecimento, implicando na falta de incentivo e oportunidades principalmente para o público feminino. (Moura 2018)

O termo gênero foi cunhado nos anos 1970, no contexto da segunda onda do feminismo anglo-saxônico, mas até hoje ainda sofre com a associação equivocada de similaridade com o sexo biológico. É importante ressaltar que gênero e sexo não são sinônimos. O gênero é compreendido como construção social do sexo, isto é, as categorias “homem” e “mulher” são produtos de processos sociais, históricos e culturais. Essa perspectiva desestabiliza a noção de determinismo biológico, que naturaliza diferenças corporais para justificar desigualdades e atribuições sociais, sustentando a subordinação entre homens e mulheres (Goellner, 2001; Goellner, 2013). Como reforça Anne Fausto-Sterling, em entrevista a Nana Queiroz, não apenas o gênero, mas também o chamado “sexo biológico” é socialmente construído, já que categorias biomédicas como macho e fêmea são moldadas por valores e discursos culturais e políticos, e não apenas por dados anatômicos ou genéticos (Queiroz, 2016).

A violência de gênero é um problema de saúde pública presente na esfera mundial, sendo manifestado com qualquer ato ou conduta que afete a liberdade, dignidade, segurança e intimidade de qualquer indivíduo baseando-se em seu gênero. Pode ser manifestado na vida pessoal, como atribuições

domésticas existentes , no ambiente profissional, como desvalorização da mão de obra, além da estrutura social existente. (Alvarado, 2022; Rodriguez 2022)

2 OBJETIVO

Sendo o esporte uma prática social sexuada e generificada, visto que sexos praticam, constroem e expressam identificações masculinas e femininas, o presente estudo propõe investigar o impacto que a incorporação dos padrões que a sociedade impõe aos seus membros, assim definindo seu comportamento, roupas, modos de se relacionar e modos de se portar, podem ser fatores preponderantes na estereotipagem das atletas de rúgbi.

3 METODOLOGIA

Durante o desenvolvimento deste projeto foi realizado um amplo levantamento bibliográfico com enfoque nos temas apresentados anteriormente, a fim de propor uma caminhada para entender o rúgbi e as nuances do esporte, o conceito de gênero, gênero no campo esportivo, a violência de gênero e, por fim, o impacto na estereotipagem das atletas. Para facilitar o entendimento do leitor e trazer amplas perspectivas, realizaremos um resgate histórico dos temas e suas representações a fim de realizar uma ligação com o presente.

4 REVISÃO LITERÁRIA

4.1 História do rúgbi

Como afirma o historiador Franco Júnior, esportes com bola e contato físico estão há séculos na sociedade. Relatos romanos citam o Harpastum; em Florença, na Itália, surgiu o Calcio; na Inglaterra medieval, o folk football; na Irlanda os celtas praticavam o Caid, todos os esportes que consistiam em levar a bola até o lado adversário empurrando seus oponentes, características semelhantes ao rúgbi (Franco Júnior, 1998). Então podemos afirmar que manifestações com bola são expressões antropológicas, comuns a diversas sociedades humanas ao longo da história.

A origem propriamente do rúgbi está ligada à Inglaterra industrial nos séculos XVIII e XIX. A versão mais aceita é que, na Rugby School, em 1823, um aluno chamado William Webb Ellis agarrou a bola e disparou em direção à extremidade oposta do campo, enquanto os adversários o seguravam tentando impedir sua progressão. Esta jogada desrespeitou as regras orais do football praticado. Na época ainda não existiam regras formais, sendo o costume receber a bola com as mãos e chutar em seguida (Collins, 2009).

Porém, o rúgbi não tem origem apenas em um único episódio. Os chamados de-football, esportes medievais com bola, foram implementados no sistema de educação física e recreação britânico. Cada universidade tinha seu próprio estilo de jogo. Como diz o historiador britânico Tony Collins, Webb Ellis não foi o criador do rúgbi: sua fama só foi atribuída em 1872, quando Matthew Bloxham, ex-aluno da Rugby School, escreveu carta ao The Meteor apontando-o como o garoto que correu com a bola em mãos (Collins, 2006).

Mesmo com registros indicando a prática do rúgbi desde 1820, somente em 1846 Thomas Arnold, diretor da Rugby School, institucionalizou regras oficiais para o esporte denominado Rugby Football. Isso encorajou diversas outras escolas a fazerem o mesmo, proliferando a criação de times por todo o país. Com a enorme quantidade de praticantes e suas variadas formas de jogar, em 1863 representantes de toda a Inglaterra reuniram-se e criaram a Football Association (FA), seguindo as

regras da Universidade de Cambridge. As regras definidas pela FA deram origem ao futebol moderno (Gillmeister, 1998).

Entretanto, as regras não foram aceitas de maneira unânime. Assim, em 1871 surgiu a Rugby Football Union (RFU), cuja primeira reunião contou com 21 clubes. A União Escocesa de Rugby (SRU) foi fundada em 1873, a União Irlandesa de Futebol Rugby (IRFU) em 1879 e a União Galesa de Rugby (WRU) em 1881. A criação das quatro entidades nacionais levou à fundação, em 1886, da International Rugby Board (IRB), formada por Escócia, Irlanda e País de Gales. A Inglaterra só aderiu em 1890 (Dunning; Sheard, 2005).

Paralelamente, em 1883 na cidade de Melrose, Escócia, nasceu a modalidade reduzida do rúgbi, o sevens. A dificuldade de reunir 15 jogadores levou à adaptação para equipes de 7 atletas. O sevens virou tradição local e, posteriormente, ganhou popularidade mundial. Apenas em 1990 a modalidade foi oficialmente regulamentada em competições internacionais (World Rugby, 2020).

4.1.2 Rúgbi no Brasil

O rúgbi e o futebol chegaram juntos ao Brasil, o primeiro clube de rúgbi de que se tem informação foi criado no Rio de Janeiro em 1891, porém descontinuado. Mas quando Charles Miller, brasileiro de família inglesa, retornou de seus estudos, o rúgbi começou a ser praticado em São Paulo no São Paulo Athletic Club (SPAC), com toda a via o futebol acabou com maior popularidade e o rúgbi foi sendo jogado ocasionalmente por britânicos que vinham ao país.

Em 1920 ocorreu a grande virada de mesa para o esporte da bola oval em solo brasileiro, a criação de times nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e a estimulação de jogos entre eles fizeram com que a popularidade aumentasse. Mas com o acontecimento da Segunda Guerra Mundial o esporte sofreu novamente um revés, pois grande parte dos praticantes retornaram aos países de origem para servirem ao exército, somente em 1947 os jogos retornaram com maior assiduidade. Em 1950 a primeira excursão da seleção brasileira de rúgbi foi realizada, o destino foi o Uruguai, no ano seguinte a seleção participou do primeiro campeonato sul-americano, porém somente em 1963 o irlandês Harry Donovan fundou a União de Rugby do Brasil (URB). Em 1973 a URB se transformou em Associação Brasileira de Rugby (ABR), sendo um marco muito importante para a difusão do rúgbi em solo

Brasileiro, pois até o presente momento a grande maioria de praticantes eram britânicos, japoneses, franceses e argentinos, mas com a criação da ABR o esporte ganhou adeptos em universidades e colégios paulistanos, nos anos 70 chegou em Minas Gerais e nos anos 80 ao Paraná. Nos anos 90 o rúgbi se expandiu para os outros estados e se deu início ao surgimento do rúgbi feminino.

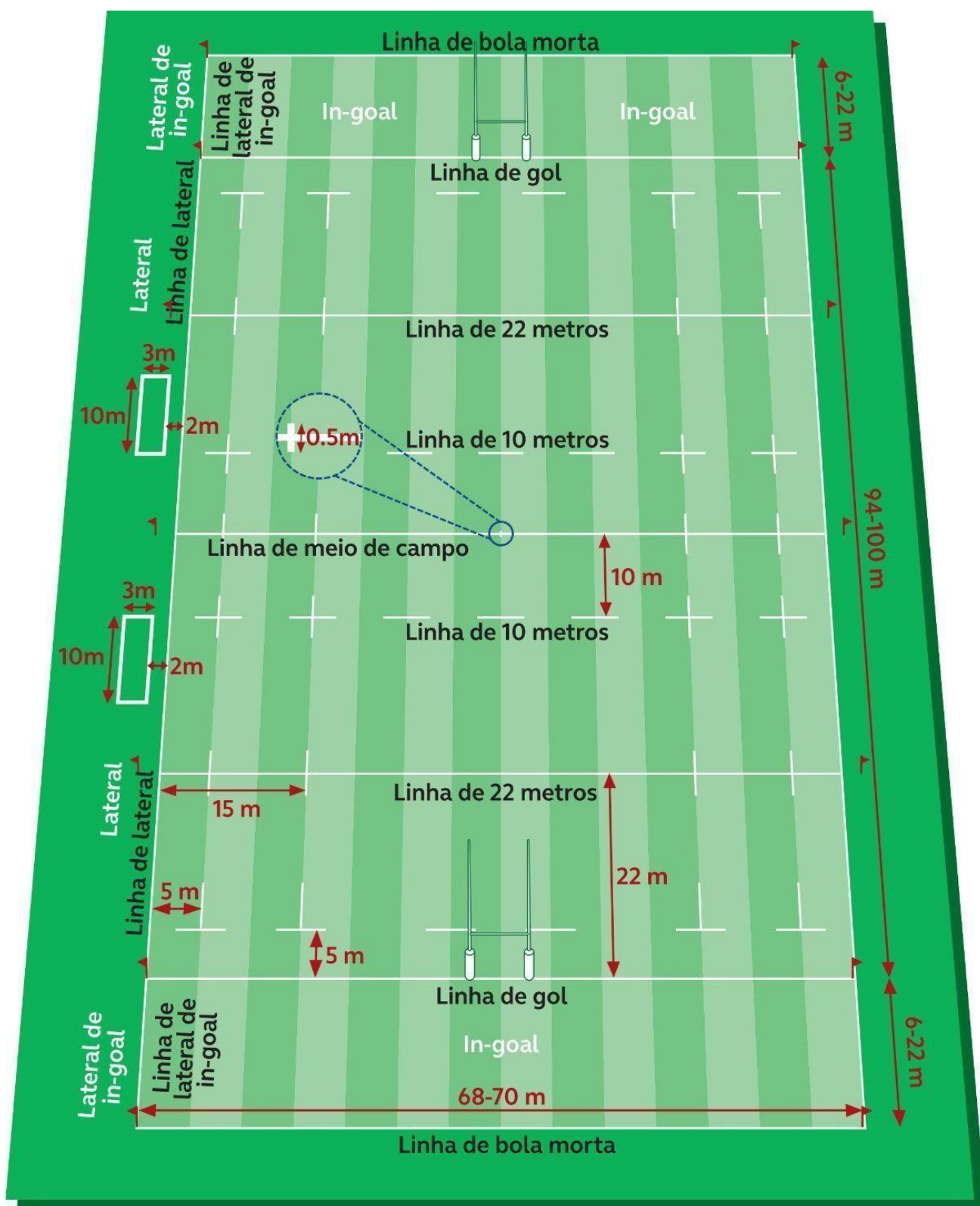
Atualmente a ABR se tornou CBRu (Confederação Brasileira de Rugby), por conta do novo status olímpico do rúgbi. Conjuntamente, federações estaduais foram formadas ou repaginadas, com seis estados sendo fundadores da confederação (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

4.1.3 Leis

Semelhante a qualquer outro esporte o rúgbi também tem regras para garantir o bom funcionamento da modalidade e segurança dos jogadores, mas diferente dos demais aqui as regras são chamadas de leis, essa nomenclatura está presente desde o início da modalidade, sendo mantido pela World Rugby com a justificativa de assemelhar-se a uma obrigação legal, um código de conduta a ser seguido.

Iniciando pelo básico, o campo é composto pelas dimensões limites de cento e quarenta e quatro metros de comprimento e setenta de largura, conta também com diversas marcações tais como: linha de goal; linha de 22 metros; linha de 10 metros; linha do meio de campo; linha lateral e a linha de bola morta, a medida é a mesma para o rúgbi union e o rúgbi sevens, as duas principais modalidades existentes.

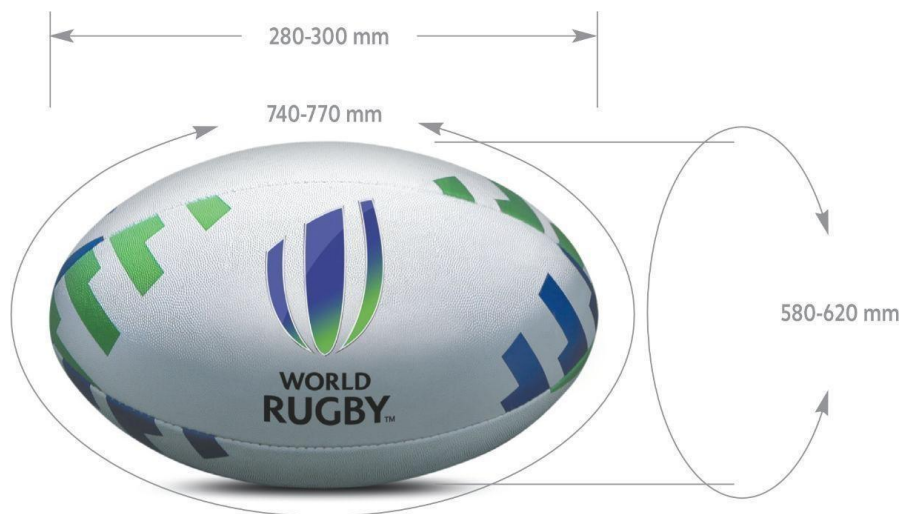
Figura 1 - Ilustração Campo de rúgbi e suas dimensões



Fonte World Rugby

A bola é oval, pesando aproximadamente quatrocentas e vinte gramas, com uma circunferência limite de 620 milímetros e comprimento de 300 milímetros.

Figura 2: Ilustração de bola de rúgbi e suas dimensões.



Fonte World Rugby.

O tempo e o número de jogadores são algumas das diferenças entre as modalidades, o rúgbi union apresenta dois tempos com quarenta minutos cada e um intervalo de quinze minutos entre eles, além de conter quinze jogadores por equipe, já o rúgbi sevens apresenta dois tempos de sete minutos com um minuto de intervalo e sete jogadores por time.

A posse de bola é realizada através da conquista dela, ou seja, independentemente do momento do jogo, a bola está em disputa, podendo ser penalidade, lateral, pontuação de bonificação ou enquanto está havendo disputa. Outra característica sobre a posse de bola é que somente está apto para jogo quem está na mesma linha ou atrás do detentor da bola, sendo assim, o jogador que estiver à frente dessa linha está impedido de participar do jogo, caso ocorra interferência, será marcada penalidade para o time oponente.

As penalidades podem ocasionar as punições que são semelhantes a outros esportes, sendo o cartão amarelo e vermelho, porém ao levar o cartão amarelo, o jogador se ausenta do campo por 10 minutos no rúgbi union e 2 minutos no rúgbi sevens, o cartão vermelho representa exclusão da partida independentemente da modalidade.

A pontuação atual no rúgbi é realizada da seguinte forma:

- **Try:** pontuação máxima, ocorre quando o jogador apoia a bola no chão na área chamada in-goal, figura 1, vale cinco pontos.
- **Conversão:** em sequência ao try a equipe que pontuou tem o direito a tentar um chute ao goal, figura 1, o chute é realizado em uma linha reta ao local de try, a bola deve passar por entre as traves, vale dois pontos.
- **Penal:** faltas com maior gravidade podem ocasionar a punição de chute ao goal, no local onde foi marcada a falta, a bola é apoiada no chão e chutada e deve passar por entre as traves do goal, vale três pontos.
- **Drop Goal:** O jogador tem o direito a tentar chutar a bola por entre as traves de goal, tendo a única obrigatoriedade de a bola tocar ao solo antes do chute, vale 3 pontos.

Não existe diferença de pontuação entre o rugby sevens e o union.

Mas a pontuação nem sempre foi assim, com o passar dos anos sofreu diversas modificações, a fim de valorizar determinadas ações, um exemplo é o try, que atualmente é a pontuação máxima, mas no início não tinha valor algum, só permitindo tentar pontuar, daí vem a origem do nome try.

Figura 3: Tabela de pontuação do rúgbi ao longo da história.

Período	Try	Conversão	Penal	Drop Goal	Goal from Mark*
1871-1886	–	1	–	1	–
1886-1888	1	2	–	3	–
1888-1891	1	2	2	3	–
1891-1893	2	3	3	4	4
1893-1905	3	2	3	4	4
1905-1945	3	2	3	4	3
1945-1971	3	2	3	3	3
1971-1977	4	2	3	3	3
1977-1992	4	2	3	3	–
1992-hoje	5	2	3	3	–

Fonte FPrugby.

A principal forma de se parar uma jogada durante o jogo é o tackle, que é um contato efetuado da linha do peito para baixo no jogador detentor da posse da bola, com objetivo de impedir seu avanço, após a derrubada, o tackleador deve soltar imediatamente o tackleado, qualquer situação que fuja do citado anteriormente ocasiona punição. Com a realização do tackle existe a necessidade do ruck, uma formação fixa com objetivo de proteger a bola para seu lado do campo, porém o time adversário poderá realizar o contra-ruck para tentar obter a posse de bola.

Figura 4: Figura demonstrando o ruck, time amarelo, e o contra-ruck, time Vermelho.



Fonte World Rugby.

Outras duas formações fixas existem no rúgbi, o scrum, que ocorre quando acontece alguma penalidade, consistindo no encaixe oito jogadores de cada time mais o nono jogador que será responsável por inserir a bola no corredor entre os dois times, o objetivo é através da disputa recolocar a bola em jogo, o rúgbi sevens conta com o scrum reduzido devido a menos jogadores em campo.

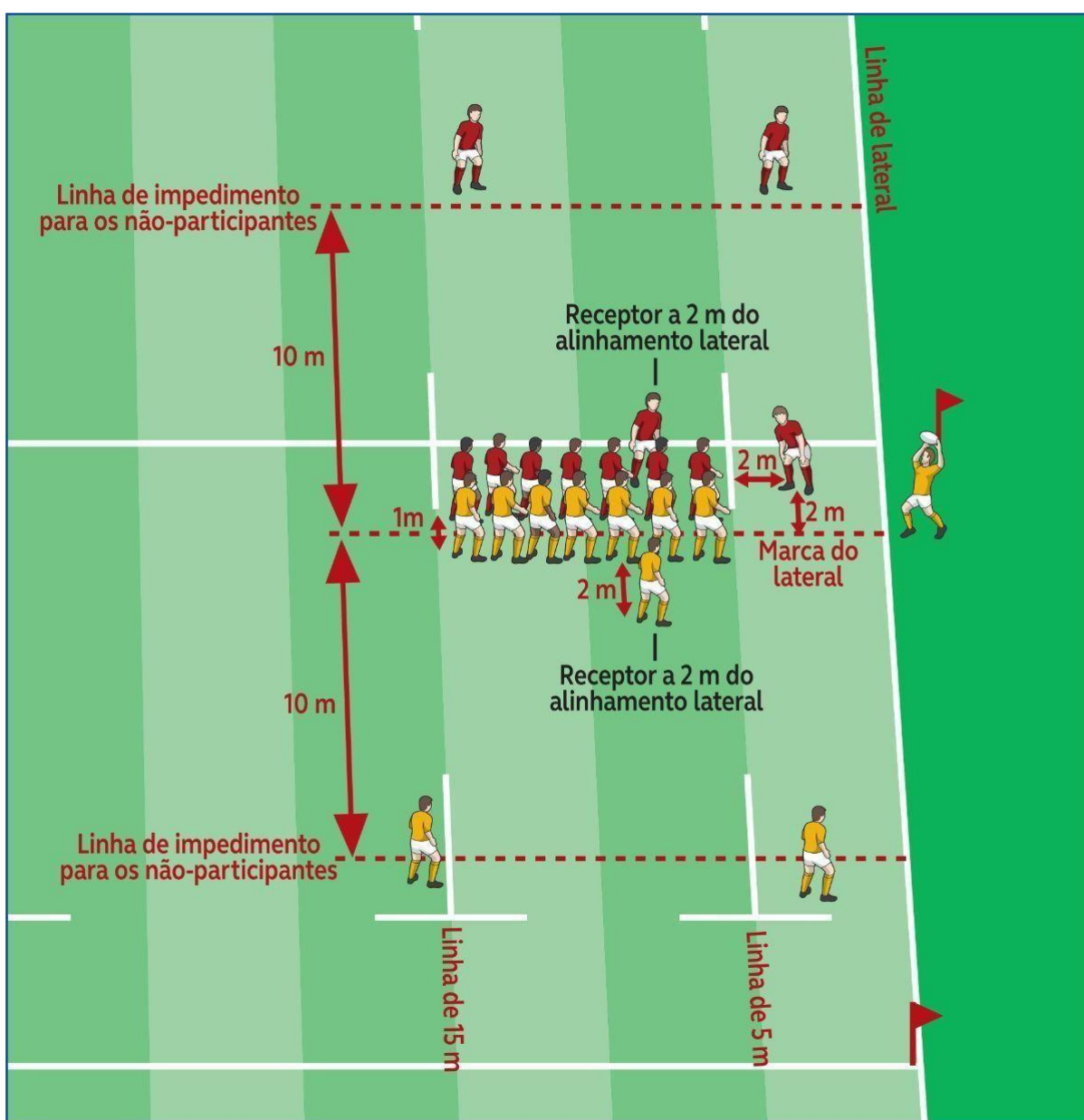
Figura 5: Figura demonstrando a realização de um scrum no rúgbi union.



Fonte World Rugby.

E a ultima formação fixa é o lineout, quando a bola sai pela lateral duas filas paralelas de jogadores são formadas, a bola será lançada entre o corredor assim os times disputarão a bola mais uma vez, os jogadores nessa formação costumam ser erguidos por seus companheiros para tentar ter melhor desempenho na disputa, nessa formação os jogadores não podem ser tocados antes do contato com o solo e não existe número fixo de participantes, sendo o mínimo quatro contando com o lançador.

Figura 6: Figura demonstrativa do posicionamento dos jogadores na realização do lineout.



Fonte World Rugby.

Essas são as principais leis do rúgbi, que propiciam a disputa entre os atletas visando sempre a honestidade e os princípios do esporte, ponto muito valorizado.

4.2 Gênero

Durante muito tempo, sexo e gênero foram tratados como sinônimos, o que levou a concepções reducionistas. O sexo, entendido como dado biológico, foi tradicionalmente definido pela divisão entre macho e fêmea a partir de características físicas e reprodutivas. Entretanto, pesquisas contemporâneas demonstram que essa naturalização do corpo é equivocada, sendo as próprias categorias biológicas construções sociais, históricas e políticas (Fausto-Sterling, 2016; Louro, 1995).

O gênero, por sua vez, constitui uma categoria que problematiza e ultrapassa o determinismo biológico, permitindo assim compreender como as diferenças corporais são sentidas culturais e hierárquicas. Como afirma Joan Scott (1986), gênero é uma forma primária de significar relações de poder. Judith Butler (1990) radicaliza a discussão ao propor que o gênero não é apenas uma construção social sobre corpos sexuados, mas uma prática performativa reiterada cotidianamente. No campo brasileiro, autoras como Guacira Louro (1995) e Silvana Goellner (2001) reforçam que tanto o sexo quanto o gênero devem ser lidos como invenções culturais, produzidas por discursos científicos, pedagógicos e esportivos.

As relações de poder presentes na sociedade são marcadas pela sobreposição dos indivíduos sobre outros. Em meados do século XX, especialmente a partir dos anos 1970, a problematização das hierarquias sociais e educacionais se intensificou, o que impulsionou os estudos de gênero (Scott, 1986; Louro, 1995). Por definição, gênero não se limita a uma diferença entre homens e mulheres, mas refere-se à construção social do sujeito, levando em consideração experiências e relações históricas e culturais. Mais do que isso, gênero é um elemento crucial na construção das identidades, capaz de alterar a posição social e as relações de poder de indivíduos na sociedade (Butler, 1990; Pires, 2021).

A cultura popular evidencia esses questionamentos. Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, em sua canção Paraíba de 1946, descrevem mulheres nordestinas como “mulheres macho”. Ainda que reproduza uma visão estereotipada, a letra reconhece

que, nas adversidades sociais e econômicas, as mulheres realizam atividades de força e resistência, desafiando ideais tradicionais de gênero.

Objetos e práticas sociais passam pela construção de identidades de gênero também. Roupas, adornos e adereços são frequentemente estigmatizados: a saia, culturalmente associada ao feminino em muitas sociedades, é elemento tradicional do vestuário masculino escocês (kilt). Da mesma forma, a maquiagem, associada à feminilidade no Ocidente, compõe a estética masculina do teatro japonês kabuki, onde atores interpretam personagens por meio de trajes e pinturas faciais elaboradas (Louro, 1995; Zosuls *et al.*, 2011). Esses exemplos demonstram que gênero não está nos objetos ou práticas em si, mas nas interpretações culturais atribuídas a eles.

Por último, é necessário relacionar gênero com hierarquia e relações de poder. Como afirmam Pedra *et al.* (2018), um elemento central de inserção do indivíduo na sociedade é o trabalho, articulando pertencimento e dignidade. Porém, notamos desigualdades persistentes em relação a homens e mulheres, expressas em salários menores, menor ocupação em cargos de liderança e restrições de acesso a determinados espaços de poder (Goellner, 2013; Hostyn, 2023).

4.2.2 Gênero no esporte

Falando sobre ambiente esportivo e suas representações, devemos lembrar que o esporte moderno foi institucionalizado por homens e para homens, favorecendo um patriarcado esportivo. Tornando-se, assim, um espaço favorável para a reprodução de valores ligados à masculinidade, como agressividade, força e disciplina (Hargreaves, 1994; Goellner, 2001).

Historicamente, o gênero influenciou profundamente a prática esportiva. Homens que não gostavam de esportes eram frequentemente rotulados como “afeminados”, enquanto mulheres que se engajavam em práticas esportivas eram depreciadas por meio de adjetivos masculinizadores, associando sua conduta à transgressão de papéis sociais (Louro, 1995; Pires, 2021). Dessa forma, modalidades tidas como “suaves e delicadas”, como a ginástica, eram socialmente aceitas para as mulheres, enquanto esportes considerados “brutos e agressivos”, como o rúgbi, eram vistos como masculinos. A presença de mulheres nesses esportes gerava chacota, estranhamento e violência de gênero (Moura, 2018; Moura *et al.*, 2023).

Durante o século XIX, o esporte foi apontado como prática perigosa ou até inútil à feminilidade. Mulheres eram vistas como reduzidas ao espaço doméstico, e, portanto, só podiam praticar atividades que supostamente ajudariam na maternidade, como ginástica higiênica ou exercícios leves (Goellner, 2013; Hargreaves, 1990). Pesquisas mostram que, entre 1820 e 1890, em universidades estadunidenses, cerca de 90% das mulheres que praticavam esportes eram solteiras, e a maioria praticava e, ao casar-se, abandonava, reforçando a associação da ausência prática esportiva com papéis maternos (Hargreaves, 1994).

Esse cenário persistiu durante o século XX. Em 1941, o Conselho Nacional de Desportos brasileiro proibiu a participação das mulheres em esportes considerados “incompatíveis com sua natureza”, como futebol, rúgbi, polo aquático e levantamento de peso (Goellner, 2001). Até os anos 1970, a participação feminina ainda era restrita, mas a chamada “era do fitness” foi um marco relevante, pois ofereceu legitimidade à prática esportiva feminina, ainda voltada para a estética corporal. O fitness foi visto como tolerável pois reforçava ideais de beleza e domesticidade, mas abriu espaço para uma maior presença das mulheres em atividades físicas (Devide *et al.*, 2011; Pires, 2021).

Outro marco político relevante foi a 1ª Conferência Mundial sobre Mulheres e Esporte, realizada em Brighton, no Reino Unido, em 1994, que resultou na Declaração de Brighton — documento que consolidou diretrizes globais para ampliar a participação feminina no esporte (Hargreaves, 1994; Unesco, 2020). O reflexo, já nos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996, onde observou-se um aumento expressivo no número de atletas mulheres (Hostyn, 2023). Essa tendência se consolidou até Paris 2024, onde a principal marca foi a igualdade de gênero na participação, com o slogan “A New Era: Equal Numbers of Women and Men”, tornando-se a primeira edição olímpica com equilíbrio entre atletas de ambos os sexos (Unesco; Un Women; Spotlight Initiative, 2023).

Assim, a história mostra que a presença das mulheres no esporte é marcada pela resistência, proibições e estigmas, mas também por conquistas políticas e sociais.

4.3 Violência de Gênero no Esporte

O ambiente esportivo é visto como uma simulação de enfrentamento, sendo mais direta com as lutas, ou menos como esportes de precisão, mas independentemente,

o esporte leva a ideia de combate. O fato competitivo junto à frustração pode criar um sentimento agressivo que possivelmente levará à violência, que por si só é definida como o uso de força pessoal destrutiva contra terceiros, sendo pessoas ou objetos (Laia; Caldas, 2016).

O conceito de violência de gênero refere-se a todo ato, ação ou conduta que afete a liberdade, dignidade, segurança e intimidade de uma pessoa, baseado em seu gênero, e que resulte em dano físico, econômico, sexual ou psicológico, tanto em espaços públicos quanto privados (Alvarado, 2022; Rodriguez, 2022). Além de agressões diretas, pode manifestar-se em formas simbólicas e institucionais, como vestimentas, regras e normas que reproduzem desigualdades (Cavalcante *et al.*, 2024; Cavalcante; Silva; Ferreira; Rueda, 2024).

No esporte, essa violência está camuflada em diversas fases: desde a sexualização do corpo feminino nas vestimentas (Santos *et al.*, 2023; Pires, 2021), até a marginalização de atletas em modalidades vistas como “não femininas”, o que gera grandes dificuldades no acesso a patrocínios e apoios (Goellner, 2013; Hostyn, 2023). Para além disso, mesmo em equipes femininas, o número de técnicas mulheres ainda é expressivamente menor em relação aos homens, revelando desigualdades estruturais de poder (Holzer, 2024; Willson; Kerr, 2023).

Assim, compreender a violência de gênero no esporte exige articular sua dimensão explícita (agressões, abusos e coerções) com as formas simbólicas e silenciosas que naturalizam desigualdades e limitam a participação plena das mulheres (DEVIDE *et al.*, 2011; Louro, 1995; Scott, 1986).

5 DISCUSSÃO

O esporte, enquanto fenômeno social, tem se configurado como um espaço privilegiado para a reprodução e também para a contestação de estereótipos de gênero. Tradicionalmente associado à força e à agressividade, o rúgbi se insere nesse contexto como um campo marcado por significados sociais que reforçam a masculinidade hegemônica e, ao mesmo tempo, abre brechas para a ressignificação de papéis sociais por parte das mulheres.

Os estereótipos podem ser compreendidos como construções sociais cristalizadas que reforçam normas de gênero e sexualidade, naturalizando papéis masculinos e femininos como rígidos e complementares. No campo educacional, tais estereótipos são reproduzidos tanto no currículo explícito quanto no implícito, sustentando a heteronormatividade e invisibilizando identidades e práticas que não se encaixam nesse modelo dominante. Dessa forma, o estereótipo atua como um dispositivo de simplificação e fixação de expectativas sociais, contribuindo para a reprodução de desigualdades e para a exclusão de sujeitos que escapam às normas hegemônicas (Viana, 2004).

Estudos apontam que o rúgbi, em diferentes contextos nacionais, é atravessado por preconceitos de gênero que associam a prática feminina à transgressão de normas culturais. Fallon e Jome (2007), por exemplo, exploram como jogadoras de rúgbi vivenciam conflitos relacionados às expectativas sociais de feminilidade e às demandas de um esporte marcado pela dureza e pelo contato físico. Da mesma forma, Joncheray, Tlili e Richard (2013) identificam as persistentes barreiras sociais que ainda limitam a participação das mulheres no rúgbi, mesmo com o crescimento exponencial da modalidade. No Brasil, Moura et al. (2023) mostram como atletas da seleção feminina de rúgbi percebem os estereótipos que associam o esporte a algo “masculino, violento e perigoso”, reforçando a marginalização simbólica das mulheres. Esses estereótipos se articulam diretamente com a violência de gênero, que não se manifesta apenas em agressões físicas, mas também em formas simbólicas e estruturais (Cavalcante *et al.*, 2024). A violência simbólica no esporte ocorre quando discursos e práticas reforçam desigualdades, seja pela desvalorização do desempenho feminino, seja pela imposição de padrões de feminilidade incompatíveis

com a prática esportiva (Pires, 2021; Goellner, 2013). Essa dinâmica é visível tanto na cobertura midiática, que tende a invisibilizar a presença das mulheres (Soares Souza & Knijnik, 2007), quanto na gestão esportiva, ainda marcada pela desigualdade de acesso das mulheres a posições de liderança (Hostyn, 2023).

No caso do rúgbi, além dos estereótipos, observa-se como a violência de gênero pode se reproduzir em formas mais explícitas, como assédio, exclusão e desvalorização. Essa discussão se conecta ao debate mais amplo sobre políticas públicas e estratégias institucionais de combate à violência de gênero (Alvarado, 2022; Pedra *et al.*, 2018; UNESCO/UN Women/Spotlight Initiative, 2023).

Ao mesmo tempo, o rúgbi praticado por mulheres é lido como um espaço de resistência de identidades. Pesquisas como os de Joncheray, Level e Richard (2014) e Kanemasu e Molnar (2015) mostram como jogadoras constroem sentidos identitários que tensionam a naturalização do rúgbi como território masculino. Essa perspectiva também dialoga com a proposta de Goellner (2001; 2013), ao compreender o esporte como um campo fértil para problematizar as relações de gênero e desestabilizar hierarquias tradicionais.

Portanto, a análise do rúgbi a partir dos estereótipos e da violência de gênero revela barreiras estruturais que limitam a plena participação das mulheres quanto às possibilidades de transformação social. Conhecer essas contradições é fundamental para o avanço na formulação de políticas públicas e práticas pedagógicas que devem promover equidade e segurança no esporte.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo investigar o impacto da incorporação dos padrões sociais impostos aos indivíduos — que definem comportamentos, vestimentas, formas de relacionamento e modos de se portar — como fatores preponderantes na estereotipagem das atletas de rúgbi. Ao longo do texto, foi demonstrado que o gênero se constitui como uma construção social, desmistificando e permitindo a diferenciação conceitual entre sexo e gênero (Scott, 1986; Viana, 2004). Verificou-se também que a violência de gênero se configura como um problema de saúde pública, uma vez que contraria o princípio de dignidade garantido pelo Estado a todos os indivíduos. O fenômeno revela-se no ambiente esportivo, seja por meio de normas e representações simbólicas, seja através de práticas relacionadas a vestimentas e uniformes que reforçam desigualdades (Santos et al., 2023; Pires, 2021).

Constatou-se, ainda, que as jogadoras de rúgbi sofrem com processos de estereotipagem por praticarem uma modalidade considerada socialmente masculina, marcada pela força e pelo contato físico. Sendo assim, além de enfrentarem as exigências de uma rotina esportiva, essas atletas precisam lidar com a violência de gênero, expressa em episódios de misoginia e homofobia, assim como com as dificuldades de não se adequarem aos padrões sociais estabelecidos (Fallon; Jome, 2007; Moura et al., 2023; Joncheray; Tlili, 2013).

Ressalta-se, todavia, que este estudo se limitou a determinados aspectos, tendo em vista a pluralidade de temas que poderiam ser abordados. Tal recorte não invalida os achados, mas evidencia a necessidade de novas pesquisas que aprofundem questões como a aplicabilidade das discussões em outros esportes, os debates sobre transexualidade, a reversibilidade de gênero e a atuação dos órgãos responsáveis na formulação de políticas e sistemas integradores (Holzer, 2024; Pedra et al., 2018). Enfim, espera-se que este trabalho contribua para o campo de estudos de gênero e esporte, servindo como subsídio para futuros pesquisadores e interessados na área, além de fomentar a busca por melhorias no rúgbi e pela ampliação de oportunidades e de uma integração mais equitativa e saudável entre todos os gêneros (Goellner, 2013; Thorpe et al., 2023)

REFERÊNCIAS

ALVARADO, Efrain. Políticas públicas contra la violencia de género en el Ecuador. **Recimundo: Revista científica mundo de la investigación y el conocimiento**, Ecuador, Saberes del conhecimento, p. 381-390, 2022.

CAVALCANTE, Evylin. Correia. Oliveira.; SILVA, Luciano. Bairros.; FERREIRA, Sonia. Maria. Soares.; RUEDA, Lupicio. Iniguez. Violência simbólica: a visão sobre gênero e identidade sexual em um Instituto Federal de Educação. **Debates em Educação**, v. 16, n. 38, 2024.

CBRU. História do Rugby. São Paulo, [2025]. Disponível em: <https://brasil-rugby.com.br/historia-do-rugby/>. Acesso em: 29 set. 2025.

COLLINS, Tony. **A Social History of English Rugby Union**. London: Routledge, 2009.

COLLINS, Tony. **Rugby's Great Split: Class, Culture and the Origins of Rugby League Football**. 2. ed. London: Routledge, 2006.

DEVIDE, Fabiano Pries; OSBORNE, Renata; SILVA, Elza Rosa; FERREIRA, Renato Callado; SAINT CLAIR, Emerson; NERY, Luiz Carlos Pessoa. Estudos de gênero na Educação Física brasileira. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 17, n. 1, mar. 2011.

DUNNING, Eric; SHEARD, Kenneth. **Barbarians, Gentlemen and Players: A Sociological Study of the Development of Rugby Football**. 2. ed. London: Routledge, 2005.

FALLON, Melissa A.; JOME, LaRae M. An exploration of gender-role expectations and conflict among women rugby players. **Psychology of Women Quarterly**, v. 31, n. 3, p. 311–321, 2007.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE RUGBY. O rugby. São Paulo, [2025]. Disponível em: <https://fprugby.org.br/o-rugby/>. Acesso em: 29 set. 2025.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GILLMEISTER, Heiner. **Football: A Cultural History**. Cambridge: Polity Press, 1998.

GOELLNER, Silvana. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. **Revista Tempo**, v. 19, n. 34, 2013.

GOELLNER, Silvana. Gênero, Educação Física e esportes: do que falamos quando em gênero falamos? In: VOTRE, Sebastião (org.). **Imaginário & representações sociais em educação física, esporte e lazer**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001.

HARGREAVES, Jennifer. Gender on the sports agenda. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 25, n. 4, p. 287–307, dez. 1990.

HARGREAVES, Jennifer. **Sporting Females**: Critical Issues in the History and Sociology of Women's Sport. London: Routledge, 1994.

HOLZER, Lena. International sports federations as de facto lawmakers: Queer-feminist explorations of the gendered power of sports law. **Leiden Journal of International Law**, Leiden, 30 set. 2024.

HOSTYN, Victória Leizer dos Santos. **Mulheres na gestão do esporte no Brasil**: desigualdades de gênero enfrentadas e combatidas por um coletivo plural. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

JONCHERAY, Hélène; LEVEL, Marie; RICHARD, Rémi. Identity socialization and construction within the French national rugby union women's team. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 49, n. 2, p. 162–177, 2014.

JONCHERAY, Hélène; TLILI, Haïfa. Are there still social barriers to women's rugby? **Sport in Society**, v. 16, n. 6, p. 772–788, 2013.

KANEMASU, Yoko; MOLNAR, Gyozo. Double-trouble: Negotiating gender and sexuality in post-colonial women's rugby in Fiji. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 50, n. 4, p. 430–446, 2015.

LAIA, Sergio.; CALDAS, Heloisa. Violência e agressividade: diferenças a partir da linguagem e do inominável da feminilidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 972-992, 2016.

LOURO, Guacira L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.

MOURA, Giovanna Xavier. **De in-goal a in-goal**: a trajetória de mulheres no rugby no Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

MOURA, Giovanna Xavier; PIKE, Elizabeth; MALAGUTTI, João Paulo Melleiro; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Male, violent and dangerous: the gender prejudices in rugby from the perception of current and former athletes of the Brazil women's rugby 7's national team. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 58, n. 1, 2023.

PEDRA, Caio. Benevides.; SOUZA, Evelyne. Cirilo.; RODRIGUES, Raphael. Vasconcelos. Amaral.; SILVA, Thaysa. Sonale. Almeida. Políticas públicas para inserção social de travestis e transexuais: uma análise do Programa “Transcidadania”. **Revista de Ciências do Estado**, v. 3, 2022.

PIRES, Bárbara Gomes. Pânicos de gênero, tecnologias de corpo: regulações da feminilidade no esporte. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n279320.

QUEIROZ, Nana. Não é só o gênero que é socialmente construído, o sexo biológico também. **Revista AzMina**, São Paulo, 02 maio 2016. Entrevista com Anne Fausto-Sterling. Disponível em: <http://azmina.com.br/2016/05/nao-e-so-o-genero-que-e-socialmente-construido-o-sexo-biologico-tambem/>. Acesso em: 23 set. 2025.

RODRIGUEZ, Alejandro Lenin. Villalobos. La violencia de género en mujeres de origen maya en el sureste de México. **Conference Paper**, p. 27, 2022.

SANTOS, Tarcyanie Cajueiro; MATTOS, Georgia de; GUIMARÃES, Murilo Aranha; LOPES, Felipe Tavares Paes. Gênero feminino, corpo e sexualidade no esporte: os uniformes das atletas nas Olimpíadas de Tóquio. **Mídia e Cotidiano**, v. 18, n. 1, 2023.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: a useful category of historical analysis. **American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053–1075, dez. 1986.

SILVEIRA, Viviane Teixeira; QUITZAU, Evelise Amgarten. Gênero e sexualidade: perspectivas para a história do esporte. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 2, 2019.

SOARES SOUZA, Juliana Sturmer; KNIJNIK, Jorge Dorfman. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, 2007.

THORPE, Holly; BEKKER, Sheree; FULLAGAR, Simone; MKUMBUZI, Nonhlanhla; NIMPHIUS, Sophia; PAPE, Madeleine; SIMS, S. T.; TRAVERS, A. Advancing feminist innovation in sport studies: A transdisciplinary dialogue on gender, health and wellbeing. **Frontiers in Sports and Active Living**, v. 4, art. 1060851, 4 jan. 2023.

TRAXLER, Adrienne L.; CID, Ximena C.; BLUE, Jennifer; BARTHELEMY, Ramón. Enriching gender in PER: A binary past and a complex future. **arXiv**, 17 jul. 2015.

UNESCO; UN Women; Spotlight Initiative. **Tackling violence against women and girls in sport: A handbook for policy makers and sports practitioners**. Paris: UNESCO, 2020.

VIANA, Nildo. Gênero, sexualidade e escolarização: imagens de heterossexualidade no currículo explícito e implícito. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 307-314, set./dez. 2004.

WILLSON, Erin; KERR, Gretchen. Gender-Based Violence in Girls' Sports. **Adolescents**, v. 3, n. 2, p. 278–289, abr. 2023.

WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades: categorias do debate contemporâneo. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 29-46, jan./jun. 2015.

WORLD RUGBY. History of Rugby Sevens. Dublin: World Rugby, 2020. Disponível em: <https://www.world.rugby/sevens/history>. Acesso em: 23 set. 2025.

ZOSULS, Kristina M.; MILLER, Cindy F.; RUBLE, Diane N.; MARTIN, Carol L.; FABES, Richard A. Gender development research in *Sex Roles*: historical trends and future directions. **Sex Roles**, v. 64, n. 11–12, p. 826–842, jun. 2011.